

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As dinâmicas de uso do espaço Kaingang no Planalto sul-brasileiro: concepções de  
mobilidade e território.

Soraia Sales Dornelles

Orientadora: Adriana Schmidt Dias

Porto Alegre, novembro de 2008.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| RESUMO .....  | 3  |
| 1. INTRODUÇÃO.....  | 4  |
| 2. CONCEITOS CHAVE PARA TRATAR DA QUESTÃO DO TERRITÓRIO .....       | 9  |
| 3. O TERRITÓRIO JÊ: DA OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL AO SÉCULO XIX.....     | 15 |
| 4. ANTECEDENTES DO CONTATO: A CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO ..... | 26 |
| CONCLUSÃO.....  | 35 |
| BIBLIOGRAFIA.....   | 38 |

## **Resumo**

Este trabalho pretende abordar o modelo de espaço e território atribuídos aos povos chamados Jê do Sul no Rio Grande do Sul através do cruzamento de dados arqueológicos e etno-históricos. Nossa perspectiva trata o objeto em questão como um espaço de desenvolvimento cultural específico por um longo período temporal. Procuramos tratar os dados enfatizando a multiplicidade de respostas de um grupo social no decorrer do tempo em um determinado espaço, já que este último se constrói a partir de estruturas sócio-culturais. A produção historiográfica, ao negligenciar os resultados dos trabalhos em arqueologia, limita suas perspectivas interpretativas quanto à história Ameríndia, já que os dados arqueológicos contêm diferenciadas possibilidades explicativas, dando suporte a releituras surgidas a partir do confronto com novos aportes teóricos e novos dados.

## 1. Introdução

*“(…) vinculava a idéia de natureza a totalidade da experiência humana, a englobar tanto o ‘divino’ quanto o que hoje definimos como ‘natural’ e o ‘mundo humano’ propriamente dito, com suas regras, valores e rotinas. A natureza era fortemente divinizada. Quer isso dizer que as orientações para a vida social, em grande medida, dependiam da capacidade de perscrutar os nem sempre decifráveis sinais emitidos pelos deuses”.*

Este trecho foi retirado de um texto do colunista Renato Lessa apresentado na revista Ciência Hoje do mês de agosto deste ano. O excerto pode nos remeter diretamente aos povos ditos tradicionais de quaisquer regiões do continente americano, isto é, aos povos indígenas, como se costuma referir. Entretanto, pode causar imensa surpresa, o fato do texto aludir aos fundadores do mundo dito civilizado. Este texto trata das experiências observadas nas cidades-estado gregas pelos poetas Homero e Hesíodo. Somente a partir do século 7 a.C. observamos uma transformação, que culminaria com a origem da política e do pensamento político. É esta a transformação que alterou as relações entre os mundos humano e natural.

Esta nova percepção colocou uma abissal distinção entre a natureza (*physis*) e a ordem humana (*nomos*). A primeira, tratar-se-ia de um conjunto de eventos independentes da vontade e ação humanas, enquanto o segundo diz respeito às regras e normas criadas pelos homens para viverem em conjunto (LESSA, 2008, 80). Desta forma, observamos que ao tomar a sociedade grega como parâmetro fundamental para a construção da chamada civilização ocidental, negligenciou-se uma parte fundamental de sua forma de interpretar o mundo: a interação fundamental entre homem e natureza. Tomou-se dela apenas o que o olhar ocidental poderia encontrar em seu próprio arcabouço explicativo. Ainda mais, nunca se exigiu daquele povo a necessidade de justificar uma mudança cultural tão absurda quanto aquela que propuseram por volta dos 7 a.C; nunca deixaram de ser considerados gregos por tal questão.

Aos povos ameríndios que se inseriram nas redes da sociedade nacional ou global, adotando as roupas, a religião ou a língua dos não índios, – pelo que consta também são resultado (os brancos) de outros processos de mistura e interpenetração de culturas – coube a roupagem da aculturação. Este “fenômeno” traz muitas complicações quando estes povos buscam reparar os danos causados pelas sociedades que os cercam, bem como na busca por direitos básicos dentro, ironicamente, da democracia ocidental fundada pelos gregos.

Estão em disputa modos diferenciados de operar a realidade: de um lado, o perspectivismo indígena<sup>1</sup>, de outro o modelo capitalista. Este último alega a improdutividade dos primeiros, principalmente no tocante ao uso dos territórios daqueles. Estariam eles desperdiçando o potencial produtivo de vastas áreas, bem como colocando em risco a soberania nacional, pois não compartilhariam do “ethos” comum aos demais componentes do conjunto político Nação.

A partir destas colocações preliminares podemos justificar a importância do debate acerca dos chamados territórios indígenas, já que, a nosso ver, o espaço territorial se constrói sobre as estruturas sócio-culturais, nesse caso específico, o território tradicional Kaingang no Planalto sul-brasileiro. O presente trabalho objetiva inserir a história Kaingang dentro de uma perspectiva de longa duração sobre um mesmo território. A metodologia deste estudo buscou estabelecer um diálogo entre antropologia e história através do cruzamento de dados produzidos a partir de estudos sobre a cultura material Kaingang e documentos escritos.

Conforme Michael Hecknberger (2001) tem sido difícil conceber a história de populações indígenas que, de outra maneira, têm sido facilmente ignoradas. No caso xinguano, seu objeto de estudo, o modo de vida daqueles possibilita aos observadores ares “*subliminares de atemporalidade e adequação ecológica, imobilidade e imutabilidade(...)*”(p.21). Para o autor, somente com a perspectiva da *longue durée*, estabilidades ou alterações estruturais da cultura podem ser apreendidos. Deste modo, configura-se uma necessidade de extensão de estudos até a pré-história. No caso do Alto Xingu, conforme o mesmo autor (2001, p.24-25):

Uma vez que a história escrita começa apenas em 1884, a possibilidade de definir o perfil temporal da cultura xinguana anterior a esse tempo depende largamente da arqueologia; a possibilidade de ‘reanimar’ esses períodos mais remotos com vida cultural depende da validade, relevância e escopo das analogias entre a cultura contemporânea (etnográfica) e os resíduos arqueológicos.

(...)Trata-se, ainda mais, de tentar revelar e relacionar padrões relevantes, visíveis em níveis analíticos diferentes (ou seja, relacionados a escalas espaço-temporais variáveis), buscando entender

---

<sup>1</sup> “O perspectivismo é uma corrente filosófica que se opõe à tradição cartesiana de diferenciar apenas um sujeito pensante (por exemplo, a mente humana) de um mundo objetivo. Apesar do seu vasto rendimento científico, esse cartesianismo depende de uma suposta inércia dos objetos. Para o perspectivismo, ao contrário, o mundo é composto de relações entre sujeitos, e o conhecimento nasce de relações entre pontos de vista. A partir de um influente artigo do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, começou a se identificar o modo de pensar dos índios como um tipo de perspectivismo, o modo que aparece nos mitos ou no xamanismo, que lida com os seres naturais partindo do princípio de que eles são também sujeitos (e ‘humanos’, já que ‘ser humano’ equivale a ‘exercer um ponto de vista’). Essa seria a peculiaridade do ‘perspectivismo ameríndio’” (SÁEZ, 2008, 34).

história e cultura num sentido holístico; em outras palavras, trata-se de criar um diálogo conceitual entre modos diversos de pensar a história”.

Para o autor, este aporte teórico e metodológico possibilita inferir análises no nível dos princípios subjacentes sobre os grupos em questão.

Trabalhos como o de Hecknberger, levam em consideração a historiografia brasileira que, nas últimas décadas, buscou incorporar aos seus objetos de estudo grupos sociais antes marginais, entre eles os povos indígenas. Da mesma forma, a antropologia tem ocupado alguns espaços de discussão conhecidos tradicionalmente como pertencentes à história. Os novos trabalhos contribuem não apenas por “*preencherem lacunas e omissões legadas pelos historiadores e antropólogos de gerações anteriores, como também envolve a discussão crítica das formas pelas quais o passado indígena tem sido abordado desde os tempos coloniais*” (MONTEIRO, 1998, p.221-222).

As perspectivas anteriores viam com pessimismo o futuro das sociedades indígenas, fundamentadas em conceitos, sobretudo do século XIX:

A tese da extinção, sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada, mais tarde, pelas teorias que orientavam a antropologia do país, encontrava na história uma sólida base de apoio (...). São bem conhecidas as conseqüências deste suporte teórico para a política indigenista no país: posto na prática, redundava no deslocamento de populações, na imposição de sistemas de trabalho que desagregavam as comunidades, na assimilação forçada, na descaracterização étnica e, em episódios de triste memória, até na violência premeditada e no extermínio físico” (MONTEIRO, 1998, p. 221-222).

Também corrobora para esta invisibilidade dos povos índios na história, a imagem antropológica construída durante períodos de maior baixa demográfica, contrastando com a complexidade apontada pela arqueologia para períodos mais remotos, ou para períodos posteriores, onde houve crescimentos destes grupos, bem como a ampliação de sua participação na cena política (HECKNBERGER, 2001, p.22; HILL, 1992, p.11).

Os estudos históricos, no Brasil, sobre as sociedades ameríndias são tomados a partir de visões subseqüentes ao contato com o elemento europeu, relegando ao período anterior o título de pré-história brasileira. Esta concepção corrobora com a idéia comum que proclama a ausência de protagonismo às sociedades indígenas. Por outro lado, o contato com a arqueologia aponta para a multiplicidade das trajetórias culturais destas populações anteriores e posteriores à dominação colonial. Os vestígios arqueológicos são importantes documentos para o estudo da história indígena, mesmo sendo no Brasil

uma pequena parcela dos trabalhos a se valerem da arqueologia, antropologia cultural e etnohistória de forma sistemática em suas concepções (NEVES, 1998, p.175).

Do mesmo modo, Guillaume Boccara (2003) afirma que a colaboração entre história e antropologia, e conseqüentemente a arqueologia, possibilita novas combinações de método e perspectivas diferenciadas daquela que, de forma pessimista negavam o protagonismo às sociedades indígenas (2003, p.63-93). No entanto, esta queda de barreiras entre arqueologia, história e antropologia mostra-se mais simples em níveis teóricos que metodológicos. Porém, segundo o mesmo autor, este processo de renovação é possível através de novos objetos e enfoques que relativizem antigas categorias provenientes de uma etnologia exotizante, na qual os agentes sociais dominantes impuseram sua taxonomia como verdadeiramente representativa da sociedade. Trata-se de uma luta de classificação onde os colonizadores observaram e construíram as realidades ameríndias à semelhança de suas próprias concepções sociais, políticas e culturais.

Ao tratar das populações ameríndias, os historiadores deflagram-se com a escassez de registros escritos produzidos por tais grupos sociais, derivado do caráter oral de suas culturas<sup>2</sup>. A solução corrente é recorrer “*aos documentos produzidos pelas pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com eles*” (WITTMANN, 2007, p.23)<sup>3</sup>. É necessário enfrentar o problema posto pela documentação. Deste modo, torna-se imprescindível um tratamento específico a tais fontes, para que se possa retirar delas informações que se coloquem além dos preconceitos do período de sua produção. A autora chama a atenção para as minúcias que a documentação possui: uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores dos documentos. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da sua cultura (2007, p.24). Esta corresponde a uma metodologia que revela as intenções dos indígenas diante do colonizador-escritor.

---

<sup>2</sup> Este problema fundamental é compartilhado por àqueles pesquisadores que pretendem dar voz aos grupos subalternos na sociedade (Perrot, 1988; Ginzburg, 2006; Thompson, 1998).

<sup>3</sup> Ou ainda nas palavras de Ginzburg (2006, p.13): “Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante”. Aqui se apresenta a hipótese do autor na qual “os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam”. Desta deformação e/ou imperfeição pode surgir a hipótese que nega a possibilidade de uso deste tipo de documento. Entretanto em sua defesa Ginzburg (Idem, p.16) afirma: “Mas não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser objetiva (mas nem um inventário é objetivo) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta. (...) Mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada”.

Assim, estes materiais necessitam de severas críticas internas e externas, decorrentes de interpretações preconceituosas que estão colocadas nas observações que se fazem sobre uma cultura a qual não se pertence. Conforme Trigger (1982, p.09): *“além da habilidade de um bom historiador convencional, [necessitam] um sólido conhecimento de etnografia se querem ser capazes de avaliar as fontes e interpreta-las com um entendimento razoável das percepções e motivações do povo envolvido”*.

Uma última questão deve ser colocada em termos metodológicos: as fontes materiais, associadas a mais de 50 anos de pesquisa que a arqueologia possui em nosso país, conferem aos historiadores informações suficientes para pensar a história ameríndia pré-contato, permitindo-lhes perceber modificações e/ou continuidades culturais e históricas. Deste modo, o preconceito, por parte da história, com as fontes materiais constitui uma barreira metodológica sem sentido.

Considera-se fundamental para esta pesquisa demonstrar a trajetória da sociedade Kaingang no Brasil meridional, tomando os dados obtidos através da cultura material<sup>4</sup>, pois somente desta forma torna-se possível desconstruir as bases de quaisquer perspectivas históricas que defendam a idéia de vazio populacional, que não tenha sido construído, para os territórios ocupados posteriormente pelas diversas correntes migratórias. A produção historiográfica ao negligenciar os resultados dos trabalhos em arqueologia limita suas perspectivas interpretativas quanto à história ameríndia. Desta forma, coloca suas interpretações sempre moldadas pelo referencial colonizador europeu, já que, não é capaz de enquadrar em um mesmo modelo explicativo a chamada ‘pré-história’ brasileira. Esta historiografia desconsidera o desenvolvimento de um processo local complexo em termos sociais, políticos, econômicos e culturais, anulando a capacidade de tais populações para construir respostas criativas nas relações travadas com a sociedade Nacional.

---

<sup>4</sup> Configuram referências para esta pesquisa os trabalhos de BEBER (2004, 2006); DIAS (2005); REIS (2002); SILVA, S. (2001); SILVA, F. (1999); NOELLI (1998).

## 2. Conceitos chave para tratar da questão do território

A manipulação dos resultados em arqueologia mostra-se permeável por segmentos sociais distintos como o Estado ou grupos interessados em reafirmar identidades étnicas passadas. O patrimônio arqueológico constitui-se como parte de um contexto de valores contemporâneos servindo como elo na construção de identidades culturais. Para Marcos Vinícius Beber (2004), os dados arqueológicos contêm inesgotáveis possibilidades explicativas, suportando releituras surgidas a partir do confronto com novos aportes teóricos e novos dados. Assim, conforme o autor (BEBER, 2004, 29),

(...) perceber os sítios arqueológicos como partes constitutivas de um sistema de assentamento, (...) e com uma rede de relações multidirecionais que envolve o ambiente e o homem, permite uma nova percepção dos fenômenos culturais das populações humanas do Planalto Sul-Brasileiro.

As teorias arqueológicas muito contribuíram para as reflexões sobre o uso do espaço nas sociedades pré-históricas. Para este estudo tomamos como necessário uma breve contextualização histórica sobre as diferentes correntes teóricas da arqueologia que, ao longo do século XX, enfocaram distintos aspectos da territorialidade e da mobilidade sobre a formação do registro arqueológico. Estas colocações nos auxiliam a compreender as implicações e contribuições da arqueologia para o estudo das sociedades pré-coloniais do sul do Brasil, com destaque aos povos Jê.

As relações entre organização social e o padrão de assentamento fazem parte, desde a segunda metade do século XIX, dos conteúdos tomados pela arqueologia na Europa. Entretanto, somente com os trabalhos do americano Gordon Willey, iniciaram-se os estudos sobre padrões regionais de assentamento, que compreendem a relação entre homem e paisagem, segundo Dias (2002, 67), provida de um caráter intencional “(...) mediada pela natureza do ambiente e pelos níveis de organização tecnológica e de interação social”. Com isto, observou-se uma complementaridade entre os sítios capaz de revelar dados respectivos a aspectos demográficos, sociais, econômicos e políticos dos povos que os construíram.

Dos estudos de Willey derivam dois enfoques principais: um vinculado ao determinismo ecológico de Leslie-White; e o outro concentrou-se em aspectos sócio-políticos. Os primeiros influenciaram, por sua vez, nas décadas de 1960 e 1970, a

revisão do conceito de padrão de assentamento que foi substituído por uma nova forma: o sistema de assentamento.

“De acordo com esta, os estudos de padrão de assentamento observariam basicamente, a relação geográfica e fisiográfica de um grupo contemporâneo de sítios de uma única cultura. Por sua vez, o conceito de sistema de assentamento permitiria a relação funcional entre um grupo contemporâneo de sítios, associados ao padrão de assentamento de uma mesma cultura” (DIAS, 2002, 68).

Esta alteração do conceito corresponde a uma modificação no interior da própria disciplina<sup>5</sup>, que passava a entender a cultura como sistêmica, isto é, “*coisas e lugares são componentes de um campo que consiste dos subsistemas ambiental e sócio-cultural*” (Idem). As intencionalidades e ações dependem de ações concretas, que determinaram usos diferenciados do espaço não apenas por grupos distintos, mas mesmo entre os membros de um mesmo grupo. Estas colocações explicariam a variabilidade da distribuição e do papel que cada sítio representa em um dado sistema. Por fim, o conceito de sistema de assentamento influenciou também a escola inglesa, que derivou daquele a chamada arqueologia espacial. Buscando ultrapassar supostas restrições da escola americana, implementaram aos estudos, técnicas derivadas da economia e geografia : estatística e estudos quantitativos.

Uma última renovação quanto aos estudos sobre a relação homem/espaço são observáveis nas décadas de 1980 e 1990 quando surge a Arqueologia da Paisagem na Inglaterra, bem como a influência da escola americana e os estudos de etnoarqueologia. Para a Arqueologia da Paisagem os sítios compõem-se de uma combinação de processos naturais e culturais associados a alterações na paisagem. Já através da etnoarqueologia, buscou-se modelos interpretativos para a leitura das realidades arqueológicas, capaz de testar as propostas inferidas pelos estudiosos (Idem, 69-70).

No sul do Brasil, estas transformações apresentadas no decorrer da história da arqueologia influenciaram amplamente os estudos relacionados ao Planalto Meridional. Fruto da influência histórico-culturalista, até meados da década de 1990<sup>6</sup>, observa-se a insistência na produção de dados sem a busca de questões explicativas mais amplas (SCHMITZ, 1988; BECKER, 1975; KERN, 1982; REIS, 2002; COPÉ, 2006). O

---

<sup>5</sup> Trata-se da chamada Nova Arqueologia-americana ou Arqueologia Processual.

<sup>6</sup> Em 1996, José Alberione dos Reis faz sua crítica quanto à ausência de teoria na arqueologia do Planalto. A partir da revisão e crítica do que fora anteriormente produzido conclui: “É uma sociedade em movimento que pode ser arqueologicamente pesquisada não somente em termos de restrições ambientais, mas também no clareamento da *racionalidade* de escolhas e decisões que restaram nos vestígios da cultura material” (REIS, 1996, p.41).

período de atuação dos histórico-culturalistas teria sido marcado pela inexistência de escavações amplas - coerente, deste modo, quanto ao objetivo maior desta corrente: definir tradições e delinear cronologias, operações às quais basta uma descrição de artefatos - e pela inexistência de registro sistemático, seja do posicionamento dos sítios, seja dos artefatos dentro do sítio (COPÉ, 2006). Este discurso teve em Schmitz seu maior expoente, tendo como principal contribuição, o modelo dos três ambientes (Planalto, encostas e litoral).

Em um segundo momento, através das contribuições de Maria José Reis, temos a influência do discurso processual. A submissão do homem ao ambiente físico surge como apontamento, exemplificado, sobretudo, pela explicação da construção de estruturas semi-subterrâneas como modo de adaptação às baixas temperaturas planálticas. Por mais que essa premissa se confirme nos trabalhos sobre a questão, não deve se impor enquanto limite explicativo para as diferentes estruturas destacadas (COPÉ).

Na busca por superar tal questão teórico-metodológica, novos trabalhos apropriam-se das propostas da arqueologia de paisagem para avançar nos estudos sobre a região em questão. Este terceiro discurso apresenta-se como um discurso em construção, para o qual a autora estaria tentando contribuir, através do corpus teórico da arqueologia da paisagem que enfatizaria não tanto uma domesticação física do ambiente (caso do manejo das florestas de araucária), mas principalmente sua domesticação social, através de categorias mentais que dão ao homem o domínio sobre a paisagem.

Partindo do pressuposto que *“para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico e dos contextos em que foi definido e/ou redefinido”* (LITTLE, 2002, p.4), e que, segundo o mesmo autor, a teoria antropológica da territorialidade tem como cerne a conduta territorial como parte integrante de todos os grupos humanos. Para o autor, a territorialidade trata-se de um (p.03):

esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland. (...) O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

A esse conjunto de considerações, Little associa o conceito de cosmografia *“definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados*

*e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”* (2002, p.4). Com base neste enfoque sobre a idéia de território observaremos: o regime de propriedade, os vínculos afetivos que matem com aquele território, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dão ao território e as formas de defesa dele.<sup>7</sup>

Deste modo, os processos de territorialização mostram-se comuns aos momentos históricos onde houve sobreposição de grupos distintos – sem que isso implique diretamente em diferenças culturais –, para os quais havia interesses comuns sobre determinado espaço. Na história das Américas, e o Brasil não é exceção, os processos de expansão de fronteiras configuram os exemplos mais ilustrativos. Onde *“cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques e com isso provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos”* (2002, p.4). A resistência ativa acompanhou todos estes processos, nos quais buscou-se a manutenção do controle sobre suas áreas. Foram diversas as formas de resistir, algumas tão difíceis de ser percebidas, que muitas vezes foram tomadas enquanto aculturação.<sup>8</sup>

Não se pode negar, contudo, que o resultado maior do processo de expansão de fronteiras constitui-se na supremacia das formas de territorialidade dos Estados-nação. *“Mesmo que esse processo não tenha sido hegemônico nem completo, (...), a nova entidade territorial do Estado-nação se impôs sobre uma imensa parcela da área que é hoje o Brasil, de tal forma que todas territorialidades são obrigadas a confronta-la”*(2002, p.06). Esta concepção de espaço, que tem sua origem no início do século XIX, vinculada ao fenômeno do nacionalismo, condiciona basicamente a existência de uma nação ao território mínimo para seus membros. Constituiu estratégia básica deste processo a invisibilização - simbólica, política, social ou econômica - dos grupos periféricos. Deste modo, podemos constatar a eficiência da proposta que tornou as concepções territoriais do Estado-nação um fato.

Entretanto, dentro deste amplo conceito de território cabem outros elementos constituintes dos territórios sociais: vínculos simbólicos e rituais. Tratamos, assim, da noção de lugar e memória, onde a categoria da identidade se constitui. Falar da noção de

---

<sup>7</sup> Estes indicadores para análise são tomados diretamente dos componentes do conceito de cosmografia de Paul Little (2002, p.4).

<sup>8</sup> Sobre alguns exemplos de formas ‘questionáveis’ – geralmente pelas elites políticas e intelectuais – de resistência indígena ver CATAFESTO, 1998; OLIVEIRA, 1999. Para Litte a constituição e a resistência cultural mostram-se parte de um fenômeno único, permeado por relações de interdependência (p.05).

lugar de pertencimento não implica a ligação direta a certa relação de originalidade dos povos. Para Little (p.10) “*a noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese (...)*”. Deste modo a noção de território dos povos apresenta-se em relação direta com as noções de territórios fundamentados em suas respectivas cosmologias próprias.

Algumas inferências a respeito da cosmologia Kaingang mostram-se indispensáveis para tratarmos de uma concepção territorial para este grupo. A marca principal deste grupo observa-se em uma concepção cosmológica dualista<sup>9</sup>, na qual a fertilidade coloca-se nas relações estabelecidas entre universos contrários (SILVA, 2002, p.189). Trata-se de uma concepção dual do universo – e, portanto, de quaisquer estrutura de sua sociedade, como o espaço -, assim, conforme Silva (p.192):

(...) pares contrastantes marcam este dualismo, cuja abrangência engloba todo o cosmo, incluindo, entre outros, os elementos classificatórios no âmbito da natureza e de sua exploração, as relações entre os homens, a organização social e ritual do espaço, a cultura material, as representações sobre características físicas, emocionais e psicológicas, as diferenciações de papéis sociais e os padrões gráficos representados em vários suportes.

Entretanto, não se estabelece apenas uma relação de oposição entre as metades, mas também de complementaridade: as relações simétricas se estabelecem sempre entre os pertencentes a outra metade, pois potencializam a continuidade de relações férteis. Deste modo, as relações de aliança mostram-se fundamentais para a compreensão Kaingang de qualquer fenômeno, seja ele de ordem social ou cósmica (TOMMASINO, 2002). Podemos insistir em quão marcante é o princípio dialético no discurso Kaingang. Representa, por assim dizer, o próprio modo de ser Kaingang.

Ao analisar a ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi, Kimiye Tommasino (2002) buscou aprofundar o conhecimento sobre as relações estabelecidas entre os Kaingang e o ambiente físico que os cerca. Para a autora, o processo de contato não impossibilitou a reprodução de uma identidade étnico-cultural própria, inclusive quando tratamos das modificações impostas pela sociedade envolvente quanto ao padrão de ocupação territorial, e, conseqüentemente, às maneiras de subsistência.

---

<sup>9</sup> Conforme Silva (2002, p. 190): “Todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em suas categorias cosmiológicas, uma ligada ao gêmeo ancestral Kamé, e a outra vinculada ao gêmeo ancestral Kainru”.

Estudos antropológicos – e históricos em menor quantidade – têm corroborado com as lutas por restituição de terras promovidas por estes grupos. Estes trabalhos confirmam que mesmo tendo absorvido boa parte da forma ocidental de garantir a sobrevivência (empregos assalariados, venda de artesanato, urbanização) estes grupos não perderam suas especificidades culturais e, “*assim como os Guarani, os Xokleng e os Xetá, têm afirmado cada vez mais que se consideram índios*” (TOMMASINO, 2002, p. 82).

Este estado de coisas, impreterivelmente, se estende aos domínios de sua percepção dos territórios e a maneira como com ele interagem. Conforme Tommasino (p.83):

Enquanto um espaço de subsistência, a unidade territorial de uma tribo kaingang pode ser assim resumida: constitui-se de um espaço físico – composto por *krin* (serras), *rê* (campo, pasto), *nen* (floresta), *goio* (rios) – onde os grupos podem exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio (milho, abóbora, feijão e batata doce). Esse território constitui um espaço de perambulação cíclica dos grupos, que desenvolvem aí suas atividades econômicas, sociais e rituais.

Portanto, um território para a subsistência Kaingang deve apresentar uma variedade no ecossistema onde possam garantir sua reprodução social. Cada um dos elementos do espaço físico apresenta, conseqüentemente, uma forma variada de uso: aldeias fixas e também acampamentos provisórios, onde realizam atividades específicas (caça, pesca, coleta). A alta mobilidade deriva, portanto, desta necessidade intrínseca do uso concomitante de diversas áreas de um mesmo território, amplamente conhecido e organizado. Neste contexto espacial, “*grupos familiares (extensos ou não) e pessoas se movem constantemente, formando uma ampla rede sociabilidade cujos indivíduos compartilham uma experiência histórica e se consideram partícipes da mesma cultura*” (TOMMASINO, 2002, p.83).

No capítulo seguinte trataremos especificamente deste grupo, e, deste modo, tentaremos apresentar suas formas de tratar do espaço que ocuparam em profundidade e consistência temporal.

### **3. O território Jê: da ocupação pré-colonial ao século XIX**

As informações relativas à ocupação do Planalto Meridional foram tomadas, pela bibliografia que trata sobre a temática, a partir da combinação dos resultados de pesquisas arqueológicas, relatos etnográficos e relatos de viajantes, bem como dados lingüísticos. Em termos arqueológicos a região sul é considerada a mais conhecida do Brasil, com cerca de 3.500 sítios localizados (NOELLI, 1999/2000, 219), possuindo “*um quadro cronológico geral que inicia há cerca de 12.000 anos antes do presente (AP)*” (Ibidem). A pesquisa arqueológica sistemática iniciou-se, no Brasil, na década de 1950, com a contribuição das missões estrangeiras.

A primeira destas contribuições se deu com uma equipe franco-brasileira que atuou em parceria com a Universidade Federal do Paraná, sob a coordenação de Annete Laming-Emperaire. A segunda ocorre dos anos 1960 através dos trabalhos de do casal norte-americano o casal norte-americano Betty Meggers e Clifford Evans que implementou o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Foi a partir desse programa que se criou o primeiro panorama do patrimônio arqueológico nacional, tendo como objetivo estabelecer um quadro cronológico do desenvolvimento cultural do país, o que representou um salto quantitativo e qualitativo para a arqueologia brasileira (DIAS, 1995, 30-35).

A ocupação humana da região sul brasileira está associada a três levas populacionais originárias de regiões distintas. A primeira, mais estável, ocupou o sul a partir de 12.000 AP, estando representada por sociedades caçadoras coletoras, cujos registros arqueológicos são designados como Tradição Umbu. Por volta de 2.500 anos atrás, a estabilidade destas populações altera-se pela incursão de duas levas principais “*de populações ceramistas, agricultoras, de matriz cultural distintas, Tupi e Macro-Jê*” (NOELLI, 228), oriundas, respectivamente, da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil. Seus modelos de organização social e política eram distintos das populações caçadoras-coletoras, tendo em cerca de 1.000 anos dominado as margens das principais bacias

hidrográficas, “*expulsando, assimilando ou exterminando as populações que ali viveram por volta de 10.000 anos*” (Ibidem).

A sociedade Kaingang, ligada à família lingüística Jê do Tronco Macro-Jê, é apontada como descendente das populações ceramistas Jê que migraram do Centro-Oeste do Brasil por volta de 2.500 anos AP. Esta migração mostra-se decorrente de um aumento populacional naquela região. O tronco lingüístico Macro-Jê originou diversas línguas e dialetos, sendo que tal separação lingüística, entre os Jê setentrionais e os meridionais, decorre dos processos migratórios (FRANCISCO, 2006, 48). A organização social Kaingang também segue os padrões dos demais grupos Jê do Brasil e tais semelhanças também se mostram no uso determinadas técnicas na produção da cultura material.

Os antecedentes arqueológicos da sociedade Kaingang foram classificados, pelo PRONAPA, em função das variações regionais dos estilos cerâmicos em três distintas tradições: Tradição Itararé, Tradição Casa de Pedra e Tradição Taquara. A Tradição Taquara foi definida a partir da cerâmica identificada na localidade de Morro da Formiga, no Município de Taquara, Rio Grande do Sul, por Eurico Miller no final dos anos de 1960. Mais tarde, conforme Beber (2004, 45),

(...) essa tradição foi caracterizada não apenas pela cerâmica, mas também pelos trabalhos de movimentação de terra, pela construção de depressões semicirculares ou elipsóides, montículos, espaços cerimoniais e, ainda, pelos sepultamentos em grutas. A cerâmica associada é pequena, com vasilhas de não mais que 40cm de altura; a decoração plástica, em muitos casos, é composta pela impressão de cestaria, unhas ou outros artefatos.

A cerâmica identificada como Tradição Taquara é composta de potes e tigelas caracterizados por serem pequenos, com decoração impressa variada, *onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos* (SCHIMITZ In: KERN, 1991, 252). Esta cerâmica encontra-se associada a formas diversas de assentamento.

De acordo com Fabíola A. Silva (1999) constata-se, cronologicamente, a manutenção de diversos traços do processo de manufatura da cerâmica Kaingang histórica e arqueológica,

apesar de todo o processo de desterritorialização e desestruturação que estas populações viveram, desde os seus primeiros contatos com as

populações não-indígenas. Isto vem atestar que este conhecimento tecnológico fazia parte do patrimônio cultural destes grupos, preservado em sua memória e, neste sentido, um testemunho de sua etnicidade (1999, p.67).

Conforme as pesquisas arqueológicas, o sistema de assentamento associado às áreas tradicionais de ocupação Kaingang no Planalto Meridional abarca quatro tipos de sítios diferentes, relacionados cultural e espacialmente: casas subterrâneas, assentamentos litocerâmicos, áreas entaipadas com montículos funerários e grutas com sepultamentos. Algumas funções podem ser estabelecidas com segurança, conforme Beber: as casas subterrâneas são áreas domésticas ocupadas em diferentes momentos; os sítios litocerâmicos também devem ter sido áreas domésticas, porém não há indícios de que tenham sido reocupados como se percebe com as casas; os montículos, cercados por taipas, são espaços funerários, nos quais sepultavam os indivíduos mais destacados, da mesma forma que as grutas, porém, nestas, deveriam ser sepultados os demais. Segundo a maioria dos pesquisadores as estruturas subterrâneas foram constituídas pelos povos Jê entre 2000 e 150 AP como um recurso adaptativo ao frio intenso das regiões elevadas da Serra Geral.

Para Beber, os projetos arqueológicos realizados na área de abrangência do presente trabalho iniciam-se na década de 1960, por uma equipe formada pelos arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz, Fernando La Sálvia, Guilherme Naue, Ítala I. Basile Becker, José J. J. Proenza Brochado, João A. Rohr, Pedro A. Mentz Ribeiro, em paralelo às pesquisas desenvolvidas por Eurico Muller no contexto do PRONAPA. Essa equipe realizou, a partir do ano de 1966, levantamentos arqueológicos nos Municípios de Caxias do Sul, São Francisco de Paula e Flores da Cunha, sendo registrados 53 sítios e um total de ao menos 167 estruturas ou casas subterrâneas. Os resultados desses trabalhos foram publicados em 1967 e 1988. Esses levantamentos tiveram continuidade até o ano de 1977 e foram financiados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BEBER, 2004, 135-136).

Em um recente trabalho, Corteletti (2008) realizou um levantamento em uma área piloto que comportava os municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha e São Francisco de Paula, com o intuito de verificar a preservação dos sítios identificados naqueles locais na década de 1960 pelo Instituto Anchietano de Pesquisa (por Pedro Ignácio Schmitz e por Fernando La Sálvia), além de atualizar os dados e levantar novos dados. Nesta vistoria foram revisitados os 44 sítios catalogados, além de serem

identificados outros quatro novos sítios, totalizando 48 sítios em seu estudo. O autor constata que 39,5% dos sítios foram destruídos, e que 37,5% encontram-se seriamente ameaçados. Este estado de coisas resulta, segundo Corteletti (2008, p.175), do desconhecimento da população local da importância da preservação do patrimônio local, e ainda, “*outros estão diretamente ligados às necessidades que os grupos de colonizadores europeus e seus descendentes tinham de fazer uso dos recursos naturais, para lograr sua própria sobrevivência*”; também o crescimento econômico corroborou no comprometimento do patrimônio.

Beber organiza os dados de pesquisa de acordo com os municípios. Assim, no Município de Caxias do Sul foram identificados 36 sítios, sendo que em 29 deles ocorrem estruturas subterrâneas, podendo apresentar entre 1 e 11 casas subterrâneas no mesmo sítio. Também há levantamentos em outras localidades, como Ana Rech e Vila Seca (ambos distritos de Caxias do Sul), São Francisco de Paula, Flores da Cunha, Bom Jesus, Canela, Nova Petrópolis, Alpestre e Irai (p.136).

Nas escavações realizadas em Caxias do Sul destaca-se o sítio RS-37/127, segundo o mesmo autor, por ser mais bem conhecido. Foi publicado por Schmitz e sua equipe em 1988. Este sítio apresenta 36 casas subterrâneas, “*tendo 1 ao centro com grandes dimensões e outras ao redor de tamanhos menores*” (p.137). Também compõem o sítio 39 montículos pequenos. Na casa A, identificou-se uma fogueira com as seguintes características (p.138):

90cm de largura, 130cm de comprimento e 92cm de altura, que indica uma ocupação bastante estável no sítio, com uma certa duração. Aos 80cm há bastante carvão, com 2 nós-de-pinho carbonizados, mãos-de-pilão de seção triangular e fragmentos de cerâmica, tendo uma data de  $1.480 \pm 70$  A.P. (SI-603) Cal. 529-726 A.D.

Para a casa B foram identificadas duas ocupações, onde a primeira camada de ocupação, e mais antiga, foi datada em  $1.330 \pm 100$  A.P. (SI-605) Cal 616-982 A.D. Possuía um fogão e as marcas de um poste no centro; fragmentos de cerâmica e lítico, além de pedras dispostas como lajotas. Já a segunda camada foi datada em  $840 \pm 60$  A.P. (SI-606) Cal. 1.155-1.300 A.D apresenta entre ela e a anterior um horizonte de raízes que deve ter correspondido a um período de abandono (p.140-141).

A casa número 9, datada em  $960 \pm 60$  A.P. (Beta 153841) Cal 993-1.236 A.D, segundo os autores, deve ter sido ocupada por bastante tempo, atestado pelo fogão que

se estenderia por vários níveis alcançando 74cm de altura. Schmit sintetiza (SCHMITZ apud BEBER, p.142):

A pequena casa parece ter sido ocupada em diversas oportunidades, como as outras, permitindo o crescimento de um fogão central com 74cm de altura e ao menos dois pisos de chão.

A partir destes dados pode-se observar, segundo Beber, algumas características comuns (p.150):

A dimensão das estruturas varia de pequenas, com cerca de 2m até outras que podem atingir 21m de diâmetro. Quanto à profundidade, podem variar de pouco mais de 30cm até próximo dos 8m. Com relação à forma, são, em sua grande maioria, caracterizadas como circulares, mas podem ocorrer estruturas elípticas ou mais de uma que se interseccionam. Prevaecem amplamente as circulares. Podem ocorrer isoladas ou agrupadas, em conjuntos de 2 até 36 casas, podem ter apenas casas subterrâneas ou casas subterrâneas e montículos.

Para Beber a grande contribuição quanto às escavações realizadas em Caxias do Sul (Idem):

(...) foi permitir avançar na compreensão de um conjunto de casas subterrâneas. Fica claro, especialmente a partir das datas obtidas, que os conjuntos são o fruto de reocupações sistemáticas de uma mesma aldeia ao longo do tempo, e em alguns casos das próprias casas subterrâneas, caracterizando esses sítios como resultado de uma sucessão de reocupações diacrônicas, levando inclusive à formação de extensos sítios com até 36 estruturas subterrâneas e 39 montículos.

Assim, colocamos como evidente a ocupação de território tradicional em Caxias do Sul, já que se tratam de pelo menos 850 anos de ocupação contínua do mesmo espaço.

Dos trabalhos realizados a partir dos anos 1980 destaca-se o Projeto Vacaria desenvolvido, pelo Instituto Anchieta de Pesquisas. O Projeto Vacaria representa, na Arqueologia do Planalto Sul-Brasileiro, “*um dos poucos, senão único, conjunto de sítios que dispõem de dados relativos às casas subterrâneas, aos entornos e aos montículos*” (p.172). Para Beber, este conjunto de informações permite uma visão mais abrangente de como os distintos espaços de um conjunto se relacionam, e nesse sentido, cobrem uma das grandes lacunas da arqueologia do planalto, que é justamente a falta de uma visão de como se estruturam esses conjuntos.

Este conjunto corresponde a 21 sítios arqueológicos, onde 20 correspondem a casas subterrâneas e 1 trata-se de um sepultamento. Apenas 3 foram escolhidos para aprofundamentos de pesquisa: “*o primeiro foi o RS-A-27, um conjunto de 13 casas*

*subterrâneas, 1 montículo grande e 1 médio. O segundo é o RS-A-29 que possui 40 casas e 1 montículo grande. Por último, o RS-A-28, que consiste em um abrigo com restos ósseos humanos” (p.171).*

No sítio RS-A-27, localizado em uma cota de 800m de altitude, sobre o divisor de águas dos Rios Quebra-Dentes e Refugiado, foram realizadas 9 datações: 4 radiocarbônicas,  $520 \pm 60$  AP (Beta – 144245) Cal 1.381-1495 AD,  $30 \pm 50$  AP (Beta – 144246),  $870 \pm 50$  AP (Beta – 144244) Cal 1.030-11.265 AD e  $40 \pm 60$  AP (Beta – 144243); e 5 datas por termoluminescência,  $673 \pm 55$  AP (LVD - 625),  $900 \pm 72$  AP (LVD - 624),  $298 \pm 30$  AP (LVD - 621),  $116 \pm 15$  AP (LVD - 620) e  $336 \pm 31$  AP (LVD - 627). Já para o sítio RS-A-29 temos 4 datações radiocarbônicas:  $680 \pm 80$  AP (Beta – 1.53842) Cal 12381425 AD,  $380 \pm 60$  AP (Beta – 1.53843) Cal 1442-1645 AD,  $370 \pm 50$  AP (Beta – 1.78089) Cal 1440-1650 AD,  $710 \pm 60$  AP (Beta – 1.78090) Cal 1224-.402 AD. O sítio RS-A-28 não apresenta datas.

Sobre o mesmo sítio RS-A-27, parte dele :

(...) está em uma área de campo e parte está no interior de uma mata, que deveria cobrir todo o sítio, mas as frentes de expansão colonial do século XIX a transformaram em pastagens. O sítio, com uma superfície de aproximadamente 500m de extensão, possui 13 casas subterrâneas, um montículo grande e um médio (p.172).

Para a casa subterrânea de número 2, cujas dimensões são de 10,5m de diâmetro e 2,33m de profundidade, foram obtidas duas datas, sendo: *“Uma logo acima da camada sobre o piso de ocupação é de  $520 \pm 60$  AP (Beta-144245) Cal 1.381-1495 A.D., associada à camada 3. Uma segunda associada à segunda camada, entre 30 e 40 cm de profundidade de  $30 \pm 50$  A.P. (Beta-144246), que significa uma ocupação recente do sítio, por volta de meados do século XIX” (p.175).*

Para Beber, os diferentes padrões (casas subterrâneas, montículos, sítios litocerâmicos, abrigos com sepultamentos e áreas entaipadas) correspondem a um único sistema de assentamento adaptado ao Planalto Sul-Brasileiro.

A localização dos sítios com casas subterrâneas obedece a características bem marcadas, no que se refere a sua implantação na paisagem. Estão situados próximos ao topo dos morros, junto aos divisores de águas das bacias hidrográficas que conformam a rede de drenagem. A cobertura vegetal pode ser a mata com araucária, o campo ou mesmo as áreas de cultivo das populações atuais. Em alguns poucos casos estão situados exatamente no topo das elevações. Entretanto, a grande maioria dos assentamentos situa-se na encosta alta de forma que a declividade do terreno contribui para a drenagem. Aqui entende-se o porquê dessa opção: já que os sítios são compostos por casas subterrâneas, uma das grande preocupações é justamente a

de evitar a entrada da água das chuvas, que inevitavelmente a inundaria. A opção pela encosta deve-se também à necessidade de uma camada de solo suficientemente espessa que permita a escavação da casa na profundidade desejada (p.198).

No quinto capítulo de sua tese - Arqueologia da paisagem: à procura de um modelo de comportamento territorial -, Silvia Copé (2006) constrói um modelo de sistema de assentamento para a região com o uso de uma metodologia explicitamente processual – como confirmado pela suposição de que a variabilidade formal dos sítios corresponderia a diferenças funcionais. Deste modo, este trabalho consiste em um esforço explicativo para uma compreensão arqueológica da região, diferenciando-se de mera apresentação de dados. A autora também se preocupa na busca do entendimento das estruturas subterrâneas para além das explicações comuns baseadas nas diferenças entre as estruturas – ao invés disto procura compreender o modelo de comportamento territorial da população que as construiu -. O padrão de assentamento, para a autora, compreende uma divisão entre conjuntos de estruturas semi-subterrâneas localizadas nos pontos mais altos e sítios lito-cerâmicos nas encostas e nas calhas dos rios. A fim de organizar esses dados, a autora utiliza a análise do “vizinho mais próximo” e dos “polígonos de Thiesen” para verificar padrões na distribuição espacial dos sítios, constatando que esta não é aleatória, apresentando-se na forma de diversos agrupamentos, como, por exemplo, ao redor do sítio RS-NA-03. Cope afirma que em relação às variações arquitetônicas (p. 361): *“Cada grupo possui uma linguagem arquitetural, uma concepção morfoespacial própria, e as variações regionais devem ser tomadas em conta mesmo se os processos construtivos desse tipo de arquitetura apresentam um certo paralelismo”*. Estaríamos, portanto, presenciando diferentes simbolizações da paisagem postuladas em formas arquitetônicas particulares.

Para a autora, o grande número dessas concentrações possibilita inferir uma alta densidade demográfica para o Planalto. O pinhão, fruto da Araucária, seria a base de sustentação dessa população, e nesse ponto Copé concorda com a hipótese de manejo antrópico das florestas de Araucária, como é proposto por Balée para o caso da Amazônia. Para Cope a organização social pode ser inspirada nos cacicados Kaingang registrados no século XIX, com diferentes territórios de cacicados correspondendo aos

agrupamentos de sítios evidenciados pelos métodos do “vizinho mais próximo” e dos “polígonos de Thiesen”.<sup>10</sup>

Como pudemos observar os dados lingüísticos e arqueológicos apresentados acima sustentam, coerentemente a vinculação entre a Tradição Taquara e os índios históricos Kaingang. O território ocupado pelos Kaingang, no princípio do contato com povos europeus durante os séculos XVI ao XIX, partindo do Litoral Norte para oeste, estende-se da região do Planalto Rio-Grandense até o Alto Uruguai, as Missões e partes da Depressão Central, com preferência para áreas mais altas. Este último dado vincula-se à existência da Mata de Araucárias nesses locais, daí um dos principais suportes da economia do grupo relacionar-se a coleta do pinhão. O termo Kaingang aparece na bibliografia para nomear todo índio que não fosse guarani, isto é, destina-se aos anteriormente chamados Guaianá, Coroados, Bugres, Shoklém, Botocudos (BECKER, 1995, 33-37).

A subsistência destas populações dependia da caça, da pesca e da coleta, principalmente do pinhão no caso do planalto. A coleta do pinhão estava associada ao período de caça mais abundante, já que atraía também animais silvestres e aves. A utilização do pinhão como recurso alimentar foi recorrentemente conforme Beber, sendo constantemente encontrado carbonizado nas fogueiras associadas a sítios arqueológicos. Esse fato foi relatado nas escavações em Caxias do Sul, Vacaria, Bom Jesus, Pinhal da Serra, para citar apenas algumas.

Schmitz (SCHMITZ in: KERN, 1991, p.272) trabalha com a hipótese de que esta população, assim como os Kaingang do século XIX, já conheciam as técnicas de desidratação necessária para a fabricação da farinha. Desta forma, a importância do pinhão amplia-se, pois o processamento garantiria a alimentação o ano inteiro. O valor deste alimento se estende aos Kaingang do século XIX, observado na rigorosa distribuição dos pinheirais a título de evitar conflitos entre os grupos familiares. Desta forma, a economia do grupo mostra-se estável e capaz de garantir um abastecimento regular e satisfatório de alimentos, desde que garantida a circulação nos três ambientes principais: “*as terras altas com campos e pinheirais, as encostas florestadas e várzeas*

---

<sup>10</sup> Para detalhes ver COPE, Sílvia Moehlecke (2006) *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de doutorado, Universidade de Paris I, Panthéon, Sorbonne.

*dos rios com bons terrenos de cultivo junto com possibilidades de pesca, e finalmente o litoral atlântico com suas grandes lagoas cheias de moluscos e peixes” (Idem).*

Este estilo de vida mostra-se um sistema bastante vulnerável devido à necessidade de uma grande área territorial para sua manutenção. De acordo com Silva (2001, p.06):

A impossibilidade de acesso a qualquer um destes ambientes desestabilizaria a organização destas populações, colocando em risco a sua sobrevivência. Desta forma pode-se entender a relação conflituosa com os Tupiguarani, que ambicionavam os terrenos cultiváveis. E as modificações ocorridas nas populações da encosta e do planalto em função da desterritorialização conseqüente da chegada dos imigrantes alemães e italianos.

A variabilidade no registro arqueológico das populações Jê do sul provém de diversos processos de interferência em seus territórios, que obrigaram a tais alterações “*que são arqueologicamente sensíveis no padrão de assentamento e de enterramento*”. Segundo Noelli (p.241):

Primeiro os Guarani, que entre 2.000 e 1.000 AP foram empurrando-os para longe das proximidades dos principais afluentes, confinando-os nas terras mais altas e frias da Região Sul. Num segundo momento, por volta de 700 AP, foram os expulsos do litoral, também sendo empurrados pelos Guarani para cima do Planalto Sul-Brasileiro (...). Depois vieram os europeus, que a partir do século XVI conseguiram vencer os Guarani com epidemias, guerras, escravidão e assimilação, intensificando depois do século XVIII o processo de conquista das terras Jê do Sul. No século XX as frentes brasileiras de colonização travaram uma contínua guerra de conquista que os confinou em ínfimas áreas chamadas terras indígenas.

As informações sobre o período posterior ao contato baseiam-se nos relatos de viajantes e cronistas. A partir de tais documentos percebemos o quanto a interferência estrangeira modificou algumas estruturas da sociedade Kaingang, e quais características mostram-se contíguas com os parâmetros anteriores. Exemplo disto, observamos na narrativa de Alphonse Mabilde<sup>11</sup> ao expor aspectos da subsistência dos Kaingang. O grupo observado por Mabilde não utilizava a agricultura como forma de obter alimentação, mas o cronista nos aponta que era costume destes índios percorrerem

---

<sup>11</sup> Pierre François Alphonse Mabilde nasceu em 30/08/1806 na Bélgica. Formou-se Engenheiro Civil na Universidade de Liege. Depois de complicações políticas exilou-se no Brasil, tendo chegado ao Rio Grande do Sul em meados de 1833. Produziu um amplo levantamento hidrográfico como funcionário do Império, e já em 1834 começa a coletar dados sobre os índios coroados (por conta própria). “*Em 1836, encontra-se em Santa Cruz, emprenhado na abertura duma estrada, quando foi aprisionado por um grupo de índios. Passou dois anos em seu meio. Dotado de espírito pesquisador e atento, foi registrando tudo o que viu*”. Assim tratou o Jornal Folha de Caxias em um especial, em 1989, sobre os índios Kaingang. Os relatórios produzidos por Mabilde foram organizados e publicados por suas netas.

grandes distâncias para alcançar e roubar roças. Através do fato apresentado por Mabilde, este grupo alterou aspectos de sua base produtiva, abandonando a prática da agricultura, após o contato com o colonizador.<sup>12</sup>

O mesmo autor apresenta as implicações políticas da diminuição dos territórios tradicionais Kaingang impostas pelo processo de colonização no Estado. A distribuição dos territórios entre as tribos se dá em função da obtenção do alimento principal (pinhão), os outros alimentos poderiam ser colhidos de forma indistinta em qualquer local. O cacique geral definia as áreas de pinheiral e as distribuída para os caciques subordinados. Para separar um território do outro marcava-se nos troncos dos pinheiros sinais de aproximadamente dois palmos do chão; “às vezes os sinais constituíam a marca particular do cacique subordinado, que a usava pintada em suas flechas e num tamanho proporcional à arma” (BECKER, 1995, p.191). O relato de Mabilde mostra as implicações do desrespeito a tal regra:

O território do pinheiral compreendido entre dous marcos assim assinalados pertence exclusivamente à tribo que nele se estabeleceu e permanece por ordem do cacique principal. N’esse território é que os indivíduos dessa tribo devem apanhar o pinhão para o seu sustento. A invasão de uma tribo no território da outra para colheita de pinha é motivo de uma guerra de extermínio em que todas as mais tribus se colligam contra a invasora (...) <sup>13</sup>.

Desta forma, disputas entre os grupos deflagraram-se tendo como cerne a questão da subsistência. Da mesma forma como estes relatos sugerem diferenças nos padrões comportamentais dos Kaingang, outros nos levam às permanências. Aqui se evidenciam as moradias subterrâneas onde, através de pesquisas arqueológicas na região de Vacaria, citada acima, apontam uma reocupação no século XIX, de construções do século XII. No trabalho etnográfico do antropólogo Sérgio Baptista encontramos a descrição de um informante de Nonohai, cujo tio-avô era morador da antiga Aldeia da Guarita, atual Tenente Portela, a propósito das moradias (Interlocutor Kaingang In: SILVA, op cit.:p.41):

Meu avô, tio da minha mãe, era de Tenente Portela. Ele viveu cento e poucos anos. Ele contava como se protegia: faziam uma cavação grande pra ser coberta. (...). ele chegou a ver, viver junto como os pais

---

<sup>12</sup> MABILDE, Coronel Affonso P. T. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitam os sertões do Rio Grande do sul.* In: *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, 1897.

<sup>13</sup> MABILDE, Coronel Affonso P. T. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitam os sertões do Rio Grande do sul.* In: *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, 1899. p.141

numa casa destas. É uma escavação redonda, e as coberta, ele mostrava, elas quase encostava no chão pra não entrar o vento. Faziam uma valeta em roda pra água não entrar. Do fundo, sobe tipo uma escadinha, na parede, pra subir, volteadinha. Ali, tu saía pra fora. De noite, cobre uma palha. No meio tem um tronco, tipo esteio, até uma alturinha pra fazer coberta. Aqui, é também feito fogo, dentro da casa. Só que cima (...) tem tipo um chapeuzinho de capim. Quando faz fogo, tiram. A fumaça sobe. Quando chove, botam em cima. A folha de palmeira era a cama.

Além disso, o informante afirma ter ele próprio morado em uma destas casas e que seus pais a teriam construído. Desta forma evidenciamos a ocupação destas casas subterrâneas durante o século XIX. Estes grupos, assim, detinham um território exclusivo para moradia e roças, mas estavam ligados a outros vizinhos e subordinados a um cacique principal (FRANCISCO, 2006, p.60). Desta forma a necessidade da ocupação de um amplo e definido território calcava-se nesta rede de alianças e regras sociais, buscado através destas, proteção contra os inimigos (os Xokleng e/ou Guarani, por exemplo). As lideranças Kaingang tiveram papel protagonista para a manutenção da sobrevivência de seus membros com a invasão de seus territórios pelas frentes colonizadoras do século XIX como veremos no terceiro capítulo.

O entendimento acerca de território para os Jê do sul vem sendo debatido por Tommasino e Veiga<sup>14</sup>. Para ambas, os Kaingang possuíam uma concepção própria de territorialidade, isto é, *“a noção bastante clara e específica dos direitos de propriedade sobre as terras ou seus recursos que estas sociedades possuíam”* (Idem). Isto estaria deflagrado por meio de aspectos como moradia fixa e a manutenção e policiamento de vasto território através de deslocamentos constantes dentro do mesmo. Estes apontamentos retomam o discurso que afirma a existência de um território específico Kaingang, o Planalto Rio-grandense, ocupado por um longo período. *“Desta forma, podemos dizer que os grupos Kaingang formavam populações horticuloras, numa relativa sedentariade, e que consideravam o território por eles habitado como propriedade sua”* (2006, p.61).

Se por um lado a pesquisa arqueológica torna evidente a presença indígena no Brasil, as histórias regionais parecem insistir em negá-la. No sul do país, podemos observar essa construção que tem como consequência, quando o Estado se preocupa em preencher estes supostos vazios territoriais, o contato interétnico entre as populações indígenas e as frentes colonizadoras. Entretanto, este contato interétnico não é revelado

---

<sup>14</sup> Estas obras foram acessadas através dos comentários sobre tal debate na Dissertação de FRANCISCO (2006) já referida acima.

pela historiografia, já que supostamente não existiria, e nesta mesma lógica, somem as possibilidades de apontar como evidente a existência da resistência indígena nestes contatos. Trata-se da subtração destas populações das histórias regionais que optam por outras versões que valorizam o elemento estrangeiro, geralmente europeu.

#### **4. Antecedentes do contato: a construção do Vazio Demográfico**

Como pudemos observar através das pesquisas arqueológicas apontadas no capítulo anterior e também nos relatos de Alphonse Mabilde, a partir de 1875 a imigração italiana estabelecida no Rio Grande do Sul se sobrepõe ao território tradicional de ocupação Kaingang. Contudo, destaca-se no nosso país a negação da relação direta entre as evidências arqueológicas e a história dos povos indígenas locais. Esta perspectiva está cristalizada nos currículos universitários e de ensino básico do Brasil (indicados pelo MEC), muito embora a historiografia e a arqueologia mais recente já tenham avançado no sentido de romper com este tipo de apropriação da História. Tal configuração se constituiu enquanto um corolário das disputas históricas por mão-de-obra e expropriação de terras, contribuindo para apagar a memória e mascarar a natureza dos conflitos interétnicos no Brasil.

Portanto, as relações estabelecidas neste contato interétnico pertencem a uma lógica de interação comum ao século XIX, onde os espaços globais ficam mais restritos impossibilitando o isolamento das comunidades de distintos costumes. Dentro desta expansão capitalista constroem-se a noção dos vazios territoriais, visando a incorporação de novas áreas produtivas sustentadas no discurso da improdutividade do modo de vida dos nativos. No contexto nacional, a presença ameríndia foi sendo minimizada dentro de uma política de atração de imigrantes estrangeiros. Do ponto de vista contrário, isto é, do colonizador, o fator indígena era encarado como um obstáculo à expansão agrícola. Na lógica dos *vazios territoriais* este processo é tido como harmonioso e pacífico (MOTA, 1994, p.09). É nessa totalidade de interações que, conforme Eric Hobsbawm (1998, p.186):

(...) nenhuma tribo ou comunidade é ou jamais foi uma ilha, e o mundo, uma totalidade de processos interligados ou sistema, não é e

nunca foi uma soma de grupos humanos e culturas independentes. O que se manifesta como imutável e auto-reprodutor não é somente o resultado do enfrentamento do processo constante e complexo de tensões internas e externas, mas muitas vezes produto de transformações históricas. (...). Não há povo sem história ou pessoa que possa ser compreendido sem ela. Sua história, como a nossa, é incompreensível fora de sua inserção em um mundo mais amplo (que se tornou limítrofe do globo habitado) e, certamente, no último meio milênio, não pode ser entendida exceto por meio das interseções de diferentes tipos de organização social, cada um modificado por interação com os demais.

No século XIX, a questão indígena no Brasil esteve ligada à expropriação das terras tradicionais. Áreas de colonização antigas contrastam com frentes de expansão novas. Nas fronteiras do império, ainda em ampliação, trata-se de alargar os espaços transitáveis e aproveitáveis. Nas zonas de povoamento mais antigo, como no caso do litoral, trata-se de restringir o acesso à terra e converter em assalariados uma população independente – libertos, índios, negros e brancos pobres. Buscava-se transformar o índio em cidadão pela lógica do trabalho: em campesinato, relacionado a uma necessária revitalização do Brasil agrário pós-abolição.

Neste período o palco das discussões das políticas indigenistas é reduzido (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p.133-134):

Se durante quase três séculos ela oscilava em função de três interesses básicos, o dos moradores, o da Coroa, e o dos jesuítas, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a distância ideológica entre o poder central e o local encurta-se na proporção da distância física. (...). Os grupos indígenas, sem representação real em nível algum, só se manifestam por hostilidades, rebeliões e eventuais petições ao imperador ou processos na Justiça. Assim, a questão indígena acaba sendo função apenas da maior ou menor centralização política do momento, e a desenvoltura do poder local aumenta na razão direta da distância da corte.

Portanto, a partir de 1808, colocou-se a questão indígena como um problema fundamentalmente de terras e com tal parâmetro estabeleceu-se um conjunto de políticas gerais a serem adotadas. Estas são acompanhadas pelo debate da possibilidade de extermínio dos chamados índios “*bravos*” – solução predileta entre os colonos – ou se seria melhor civilizá-los, incorporando-os na sociedade como mão-de-obra (1992, p.134). Para Francisco (2006, p.81), estas são concepções:

que discriminam e rotulam os índios com base em sua atuação na sociedade: para aqueles que lutam por suas terras (...) mantêm-se ‘fechados’ à sociedade nacional, o rótulo é o da autenticidade étnica.

Entretanto, para aqueles grupos indígenas que buscam garantir seus direitos, (...) falando o português e interagindo-se da política do país, o rótulo permanece ligado à ideia de aculturação.

Este discurso sustentou o pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), apontado como o pai da historiografia brasileira, ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que deveria criar a história da jovem nação brasileira. O IHGB representava a opinião da elite intelectual do período: valorizava o caráter positivo da colonização enquanto elemento essencial para a modernização da nação (REIS, 1999, p.25).

No sul do país, a ideologia corrente perpetua o indígena como um elemento da natureza, externo à sociedade. Enquanto elemento hostil da natureza o indígena também precisa ser dominado em nome e benefício da civilização. Esta posição é assumida pelo Cônsul italiano de Porto Alegre, Henrique Ciapelli relata, em 1903, ao colocar suas impressões sobre a colonização italiana (GARDELIN; COSTA, 1992, p.14):

Numa palavra, é uma nova Itália em miniatura que nasceu em lugares onde, até 30 anos atrás, não havia senão índios e uma grande quantidade de jaguares, panteras e pumas (uma espécie de leão).

Também está presente nas palavras do Presidente da Província Antônio Borges de Medeiros durante a inauguração da Exposição Colonial Italiana de Porto Alegre em 1925 (Idem, p.09-10):

(...) as inúmeras dificuldades enfrentadas na selva selvagem, (...) abrindo picadas, afugentando o gentio, perseguindo as feras.

Desde a chegada da Família Real, em 1808, aumentou a preocupação em povoar extensas áreas ditas desocupadas. Assim, a presença indígena não interferia na ocupação efetiva do território. Houve momentos de brandura e violência no tratamento dos nativos. Inicialmente, D. João VI declarou guerra aberta aos “*Botocudos*”<sup>15</sup> com a intenção de liberar a região do Vale do Rio Doce (ES) e os campos de Guarapuava (PR) para a colonização. No período imediato à independência ocorreu exaustivo debate a cerca da necessidade de uma política indigenista. O deputado José Bonifácio apresentou o projeto mais modernizador: buscava incorporar os índios à sociedade civil, através da

---

<sup>15</sup> Este termo mostra-se extremamente genérico pois se estende a diversos grupos distintos.

“*sujeição ao jugo da lei e do trabalho, tratavam de aldeamentos*”<sup>16</sup>, entretanto com a outorga da Carta de 1824 por D. Pedro I, a questão indígena não é mencionada.

A questão indígena manteve-se isenta de legislação até 1845, quando foi promulgado o Regulamento das Missões, único documento geral do Império. Este documento administrativo prolongava o sistema de aldeamentos entendendo-o como “*uma transição para a assimilação completa dos índios*”<sup>17</sup>. O Decreto Lei 426 de 24/7/1845 previa a administração leiga dos aldeamentos, e aos missionários caberia apenas amparo religioso e educacional. Entretanto, em muitos aldeamentos os missionários exerciam também cargos de diretores de índios. O governo imperial tinha, na verdade, dificuldades no recrutamento de missionários, tendo iniciado, por volta de 1843, uma política de importação de capuchinhos italianos. Tratava-se, segundo o governo, da única maneira de incorporá-los ao mundo civilizado.

Esta prerrogativa é confirmada pela Lei de Terras de 1950 (regulamentada em 1854), na qual os territórios reservados aos indígenas são os devolutos<sup>18</sup>. Desde 1500 até o início do século XIX, o acesso à terra no Brasil se deu através do sistema de sesmarias. Somente a partir de 1822, com a resolução número 76, de 17 de julho, foram suspensas novas concessões de sesmarias. Para Marcon, foi neste período sem legislação específica (1822-1850) onde (MARCON, 1994, p.68-69):

(...) proliferaram as posses, não apenas dos pequenos posseiros (...), mas envolvendo, também, grandes extensões. (...) A legitimação de posses, definida nos termos da Lei de Terras, excluiu os caboclos, pequenos posseiros, e os indígenas, particularmente o habitante das matas na região do Planalto Médio e Alto Uruguai.

No sul do Brasil, a presença ameríndia foi sendo minimizada dentro de uma política de atração de imigrantes estrangeiros. Observa-se, por exemplo, as diversas experiências vivenciadas como consequência da colonização européia sobre os territórios tradicionais de povos Jê. Como apontam as obras de referência sobre a temática (SANTOS, 1973; MOTA, 1994; BECKER, 1995; FRANCISCO, 2006 WITTMANN, 2007) a empreitada colonial propiciou a sobreposição de grupos étnicos diferentes sobre o mesmo território, calcadas na defesa da idéia de vazios demográficos. Com o aval da ideologia corrente, de ultrapassar esta ‘barreira natural’ ao

---

<sup>16</sup> CUNHA, M. p.138

<sup>17</sup> Idem. p.139

<sup>18</sup> São as terras ‘livres’ do império destinadas aos aldeamentos.

desenvolvimento, iniciou-se o extermínio destes grupos, criando, desta vez, verdadeiros vazios espaciais.

Em Santa Catarina, a colonização alemã tratava-se de um negócio rentável e disputado por empresas especializadas, assim, a presença indígena aniquilaria os projetos de tal empreitada. Desta forma construiu-se uma propaganda baseada na “*minimização da presença indígena*” (SANTOS, 1973, p.55). O cercamento dos espaços Xokleng, necessários a sua sobrevivência, acarretaram a reação contra esta invasão territorial por parte dos brancos através das ‘correrias’ ou ‘assaltos’. Ao perderem as expectativas de recuo indígena houve diversas tentativas de organização local (provincial) para proteger a “*propriedade colonial*” (SANTOS, idem, p.67; WITTMANN, p.41).

Em 1879, surge a figura mais representativa desta situação, o ‘bugreiro’, isto é, um especializado na matança de índios; uma profissão reconhecida pela comunidade e remunerada por ela. As tropas possuíam uma organização própria, que através de verdadeiras expedições de guerra, empenhavam-se também na pilhagem e apresamento de crianças e mulheres. A comunidade da frente pioneira fez amplos esforços para justificar suas estratégias de defesa territorial difundidas pela imprensa local, mas pouco esforço fez para compreender as razões indígenas dos ataques. “*O índio ontem, como hoje, era um desconhecido que a maioria da população não desejava conhecer*” (SANTOS, p. 109).

Em *O vapor e o botoque*, Luisa T. Wittmann (2007) apresenta ainda outras dimensões decorrentes da situação de contato entre os Xokleng e os imigrantes alemães. Em seu estudo, a autora trata, como Santos, da violência compartilhada pelos grupos envolvidos, mas destaca as trajetórias diferenciadas pelos quais personagens históricos ímpares trilharam naquela situação, reconstruindo suas identidades. A autora aponta, de maneira semelhante ao que observo na região serrana do Rio Grande do Sul, como a história indígena Xokleng é invisibilizada em detrimento de um modelo empreendedor e satisfatório europeu (2007, p.19).

No Paraná, observa-se uma situação similar na qual os Kaingang também foram obstáculo à expansão. Em *As guerras dos índios kaingang: a história dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924)*, Lúcio Tadeu Mota (1994) desenvolve um quadro explicativo do sistema de defesa Kaingang (ataques) dentro de uma lógica de resistência planejada em busca de sua sobrevivência. “*A história dos Kaingang no Paraná confirma essas análises. Foram eles capazes de resistir e sobreviver à violência da*

*expansão capitalista do século XVIII até fins do século XX, lutando em defesa de seus territórios, de sua cultura e de sua auto-identificação” (MOTA, p.96).*

O autor mostra como foi construída a idéia de vazio demográfico para a região na qual trabalha: *“cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história” (1994, p.15).* Valendo-se da cartografia regional, Mota mostra a participação dos geógrafos na construção do vazio demográfico. Do mesmo modo, trata da contribuição da sociologia e da historiografia para confirmar as intenções do Estado quanto às terras *“livres para ocupação”* paranaenses. Para Mota a presença indígena no Paraná é evidenciada por ampla quantidade de fontes arqueológicas e históricas (relatos de viajantes, relatórios dos presidentes de província, etc.) e trabalhos etnológicos.

No Rio Grande do Sul, as interferências nos territórios dos índios Kaingang, bem como em sua forma de organização pela população européia, se intensificam no século XIX sob duas formas: *“a colonização alemã e italiana a partir de 1824 e 1875, respectivamente, e a catequese instalada entre eles pelos jesuítas por volta de 1848” (BECKER, 1995, p.15).*

A imigração alemã ocorreu no período entre 1824 e 1889, cujos assentamentos foram designados pelo governo em boa parte em terras tradicionais Kaingang. Sobre elas nasceram colônias como as de São Leopoldo, Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio, São Pedro de Alcântara de Torres, Três Forquilhas, entre outras (BECKER, 1995; MARCON, 1994). Vendo seus territórios ameaçados, os Kaingang atacaram os colonos alemães. Segundo Becker, a vingança era uma das motivações para a guerra dos grupos Kaingang, não somente contra populações estrangeiras, mas também contra outros grupos índios. O ataque ao elemento colonizador apresenta-se com uma atitude *“alicerçada no fator subsistência” (BECKER, p.292)* advinda do passado cultural do grupo.

Devido a esta situação de guerra não declarada aos indígenas, associado ao contexto posterior da guerra Farroupilha de estagnação econômica, o governo provincial pautou medidas para solucionar os problemas na região de colonização, por ser este um negócio extremamente rentável no período. Segundo Marcon (1994) estas disputas tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior, pois as firmas estrangeiras de imigração, através da imprensa, tiveram notícias da falta de amparo aos imigrantes.

Ilustra esta questão a proibição, em 1859, pelo governo da Prússia, da imigração para o país (MARCON, 1994 p.67).

Um destes projetos governamentais para minimizar os confrontos entre índios e brancos é a formação de aldeamentos. Os aldeamentos assinalam o envolvimento dos índios na abertura de estradas e a retaliação de suas terras para posterior colonização destas pelos europeus. Os aldeamentos também deveriam garantir a incorporação deste contingente índio na produção provincial através do projeto de catequização religiosa. A ação missionária agia como moderadora na luta entre índios e brancos, entretanto, ocasionava novos elementos de conflito ao impor valores religiosos, como o caso da monogamia.

Entre 1848 e 1850, o governo imperial implantou três aldeamentos: aldeamento do Guarita, fundado com os índios do cacique Fongue; aldeamento Nonoai, o qual deveria concentrar índios do cacique Nonohay, bem como os do cacique Braga. E por último, o aldeamento do Campo do Meio, fundado nas terras do cacique Braga (BECKER, p.18-20). Já na segunda metade do século XIX, Mabilde (1866, p.147) indica:

(...) actualmente (anno de 1866) há perto de metade aldeados, nos vários aldeamentos que o governo provincial tem mandado fazer para chama-los à vida civilizada. O resto, ainda existe no sertão, tem-se, nos últimos quinze annos, por tal modo destruído em guerras encarniçadas, que julgo não affastar-me muito da verdade asseverando que o numero ou população ds coroados (Kaingang) ainda existentes nas mattas desta provincia não excede a 450 individuos de ambos os sexos e de varias idades.

Para nosso interlocutor, os 450 Kaingang indicam o sucesso da empreitada do governo. De outro modo, indica a permanência de significativo número de indivíduos circulando pelo território que está sendo *preparado* para os imigrantes italianos. O projeto civilizatório não atingiu plenamente seu objetivo: mesmo tendo muitos Kaingang aceitado a condição de aldeados, “(...) *esta atitude não significou, necessariamente, a falta de resistência aos ataques ao grupo e ao território; muitos outros grupos – e mesmo os aldeados – permaneceram rebeldes e atacando os estabelecimentos luso-brasileiros*” (FRANCISCO, 2006, p.80).<sup>19</sup>

Muitos costumes foram mantidos pelos índios aldeados - as incursões pelo território, hábitos alimentares – através de alianças estabelecidas com as diversas esferas

---

<sup>19</sup> Em BECKER (1995, p.19) também encontramos referência aos Kaingang não aldeados nas Bacias dos rios Taquari e Caí.

envolvidas. Neste contexto as lideranças Kaingang marcaram importante atuação, pois acordos aparentemente colaboracionistas garantiram a eles a permanência em seus postos de comando e territórios, no qual perpetuaram seus códigos culturais e sociais. “Aldeados, alguns caciques lograram obter poder e auxílios do governo, fortalecendo seu papel nas negociações e contatos com a frente de expansão” (2006, p.87). Alguns membros da comunidade indígena auxiliaram na empreitada dos aldeamentos como indica Becker (1995, p.20): “(...) estes índios, conhecedores dos modos de ação e reação de seu grupo, prestaram auxílio eficiente e necessário à ação punitiva contra os seus irmãos selvagens descontentes e inconformados com a ação colonizadora”.

Os aldeamentos deveriam garantir a expansão da frente colonizadora, evitando que as novas levas enfrentassem os percalços observados nas experiências anteriores, como a guerra de extermínio desencadeada pelos estancieiros e pecuaristas no Paraná tratadas por Mota, e os conflitos entre colonos alemães e Kaingang na região de São Leopoldo. Assim, (MARCON, 1994, p.32):

(...) o governo provincial procurou, de todas as formas, dar condições para a liberação das terras para a colonização. Para tanto, investiu na segurança pública dos aldeamentos, criando e fortalecendo a Companhia dos Pedestres, armando os índios de confiança do poder público e intensificando o trabalho catequético. O incentivo à ação dos missionários, do ponto de vista sócio-econômico-cultural e político, situa-se entre as estratégias utilizadas pelo Estado para consolidar os aldeamentos. Desta forma foram criadas as condições para a continuidade da colonização européia.

É neste contexto que a corrente migratória italiana veio para o Rio Grande do Sul. O governo imperial brasileiro obteve grande receptividade da Itália recém formada quando decidiu “*povoar as terras incultas e devolutas do sul do país*” (FROSI; MIORANZA, 1975, p.14) iniciando os fluxos migratórios para o estado oficialmente em 1875<sup>20</sup>. O principal intuito do governo brasileiro com a imigração era garantir a mão-de-obra às lavouras de café de São Paulo, já que se enfrentava uma ‘crise de braços’ decorrente da extinção da escravidão. Uma menor parte destes imigrantes foi destinada

---

<sup>20</sup> No Relatório do Presidente De Azevedo Castro à Assembléia Provincial (1876) existem dados estatísticos sobre imigrantes chegados desde 1859 até 1875, entre os 12.563 recenseados aparecem 729 italianos. Em outro Relatório à Assembléia, desta vez do Conselheiro Pinto Lima (1871), encontramos a informação de que residem em Conde D’Eu (atual município de Garibaldi) 37 colonos de origem austríaca (tirol) e italiana. Em 1874, encontravam-se colonos italianos em São Feliciano, e em 1875, viviam 49 italianos nos lotes de Nova Palmira (atual Farroupilha). A data oficial é a de 20 de maio de 1875, quando chegaram as famílias milanesas Crippa, Sperafico e Radaelli, provenientes de Olmalte (Monza), fixaram-se numa localidade que denominaram ‘Nova Milano’, “*onde não havia senão uma oca de índios*”. No ano seguinte, o governo aí mandou construir uma barraca para abrigar os imigrantes que se dirigiam para as colônias de Caxias do Sul (Barracão) (COSTA, GARDELIN, 1992).

ao Rio Grande do Sul, mas seus números são significativos. “Entre 1875 e 1914, a província, e depois estado do Rio Grande do Sul recebeu 84 mil imigrantes, cifra maior do que a imigração alemã no período de 1824 a 1939, que fora de 75 mil colonos” (KUHN, 2004, p.96).

As 32 léguas de terras destinadas pelo governo a estes imigrantes, ditas “*devolutas*”, isto é, de propriedade do governo, ou despovoadas, localizam-se na região nordeste do Estado, mais precisamente na Encosta Superior da Serra, entre o rio das Antas e as colônias alemãs do baixo Taquari e a bacia do rio Caí, conhecida por Serra Gaúcha. É importante lembrar que, no caso gaúcho, a intenção da imigração residia em um interesse colonizador e não de substituição de mão-de-obra como nas outras regiões brasileiras.

Ainda em 1870 foram fundados os primeiros núcleos de colonização italiana: Colônia Dona Isabel e Colônia Conde D’Eu, atuais Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente. Em 1875, foi fundada a Colônia de Caxias, hoje Caxias do Sul, em um local anteriormente chamado Campo dos Bugres devido à presença de habitantes nativos. Tal região encontrava-se ainda em estado agreste, de complicado acesso. Após a instalação iniciaram os primeiros cultivos baseados na agricultura familiar com destaque ao da videira, objetivando a produção de vinhos. Estes elementos são constantemente retomados na construção da história local, inebriados de bravura e auto-exaltação:

Em 1875, os colonizadores, da Pátria de Dante vieram aos pagos sulinos do Brasil, para mobilizar uma atividade agrícola das mais atuantes. Trouxeram uma tradição fiel ao ruralismo das plagas itálicas. Eis porque surgiu logo o parreiral exuberante, o vinho capitoso de laboriosas cantinas e a filosofia de trabalho moldada no objetivo do desenvolvimento industrial da região nordeste. Um enxame de fábricas foi sendo desenhado nos horizontes e, de pai para filho, o precioso legado da perseverança tomou feições de uma sinfonia suarenta de malhos, martelos, bigornas, forjas, motores e chaminés fumegantes a dominar os ares da então pacata encosta superior do Nordeste gaúcho.<sup>21</sup>

A anulação da participação dos indígenas na construção da história da região, verificada na estranheza quanto à existência de índios neste local está colocada sobre a construção do *vazio demográfico*. Ao apagar um dos sujeitos da história - os povos indígenas - a ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências *uma vez*

---

<sup>21</sup> José Alfonsin foi colaborador da coluna Crônica dos Municípios, do Correio do Povo. Grande parte de sua colaboração versa sobre a região nordeste do Estado através de textos breves. ALFONSIN, José. *Pioneiros de 75*. (2/11/1971, p.15). (COSTA, R.; MARCON, I. 1987, p.15).

que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam (MOTA, 1994, p.15).

Observa-se, então, na produção historiográfica a lacuna identificada pela ausência de trabalhos que tratem destas questões para o contato entre os Kaingang e a frente de imigrantes italianos estabelecida no Rio Grande do Sul a partir de 1875. Um primeiro trabalho acadêmico, portanto, faz-se necessário tendo em vista as fontes disponíveis para a realização deste trabalho, muitas delas inéditas. Esta investigação pretende resgatar a presença e resistência indígena em meio às suas relações como o elemento envolvente, “civilizador”, marcadas pela diversidade de respostas por ambos os grupos a esta experiência compartilhada.

## **Conclusão**

Constituiu intenção deste trabalho reiterar a consolidada história de ocupação da região através da produção de um estudo etno-arqueológico que reforça-se a ocupação indígena na região de imigração italiana, buscando, com isso, preparar terreno para um trabalho futuro que explique a situação de contato entre os índios Kaingang e os imigrantes italianos na segunda metade do século XIX. Esta proposta possuía o intuito de realocar e repensar as informações levantadas por outros pesquisadores sobre o sistema de assentamento do Planalto através da pesquisa bibliográfica.

Conforme já se afirmou a insistência na negação de protagonismo às sociedades indígenas encontra-se fortemente enraizada em concepções históricas de viés europeizante. Por outro lado, o contato com a arqueologia aponta para a multiplicidade de trajetórias culturais destas populações. No sul do país, estas populações construíram a partir de referenciais tradicionais próprios uma gama de diferenciadas respostas às situações de contato.

As pesquisas historiográficas no Rio Grande do Sul permitem observar que a população Jê sofreu duas formas principais de interferência sobre seu território no século XIX: a colonização alemã a partir de 1824 e o processo de aldeamento de índios depois de 1848. O primeiro tipo de interferência foi marcado por conflitos marcados pela violência física de ambas as partes. Os aldeamentos constituíram uma medida do governo provincial na tentativa de retirar estes índios das matas, propiciando o fim dos conflitos com a colônia. Esta medida tinha em vista esvaziar o território para,

posteriormente, sobreocupá-lo com a colonização italiana. Deste modo, colocou-se como inexistente o contato entre os Kaingang e os imigrantes italianos.

A partir deste estado de coisas surgiu o interesse em verificar como havia se construído a idéia de vazio demográfico sobre os territórios tradicionais Kaingang, antes da chegada dos imigrantes italianos. Nossos referenciais apontavam para o extermínio, como havia ocorrido nos três estados da região sul.

Nesta análise, procuramos nos debruçar sobre o contato interétnico de forma a nos afastarmos do ponto de vista da aculturação, por nós entendida como uma abordagem limitada que retira o protagonismo das sociedades indígenas envolvidas. Esta perspectiva coloca os resultados das situações de contato de modo que só os indígenas sofrem suas conseqüências. Diferentemente disto, percebemos em nossa análise que a interação possui resultados similares entre os grupos envolvidos, pois o aspecto fundamental da etnicidade é a auto-identificação. É através da alteridade, portanto, que são marcadas as diferenças entre os grupos. Os Kaingang têm como questão central a sobrevivência perante a sociedade envolvente sempre operando no limiar entre a tradição e a mudança.

Deste modo, no primeiro capítulo deste trabalho procuramos marcar a ocupação tradicional do grupo Jê no Rio Grande do Sul, apresentando estudos relativos ao período e suas características principais. Com base em dados arqueológicos, apontamos a ocupação das terras altas do Planalto sul-brasileiro pelos grupos Jê há 2000 anos. A sociedade Kaingang, ligada à família lingüística Jê do Tronco Macro-Jê, é apontada como descendente das populações ceramistas Jê que migraram do Centro-Oeste do Brasil naquele período. Observamos como estes grupos se relacionavam com o meio e a forma que deste condicionavam sua subsistência, tendo tais características reflexos em seus padrões culturais.

Como pudemos observar neste trabalho, os dados lingüísticos e arqueológicos apresentados no capítulo primeiro sustentam, coerentemente a vinculação entre a Tradição Taquara e os índios históricos Kaingang. As informações sobre o período posterior ao contato basearam-se nos relatos de viajantes e cronistas. A partir de tais documentos percebemos o quanto a interferência estrangeira modificou algumas estruturas da sociedade Kaingang, e quais características mostram-se contíguas com os parâmetros anteriores.

No segundo capítulo deste estudo procuramos enfatizar a anulação da participação dos indígenas na construção da história da região, verificada na estranheza

quanto à existência de índios neste local construída a partir da idéia do *vazio demográfico*. Buscamos apresentar o histórico das interferências nos territórios Kaingang no século XIX, destacando a colonização alemã e o processo de aldeamento dos índios e, principalmente, a sobreposição da ocupação colonial italiana sobre o território tradicional Kaingang.

Podemos considerar, desta forma, que o padrão colonial do século XIX impôs aos índios a necessidade de optar por formas alternativas a da violência física como forma de resistência. Assim, a interação com a sociedade colonial não permitiu uma ruptura completa com antigos referenciais culturais. Com esta demonstração pudemos perceber a complexidade da relação estabelecida entre os Kaingang e os imigrantes italianos. Para além da falsa hipótese do *vazio demográfico* encontramos um universo de interações diversificadas inerente ao protagonismo destas populações, que até o presente momento vinha sendo negado pela história regional.

A partir deste estudo pretendemos ampliar o horizonte de interação entre os grupos marcando a importância da atuação das lideranças Kaingang, bem como a integração dos mesmos nos espaços coloniais. Buscaremos estender a pesquisa a outros Arquivos e Museus Municipais da zona de colonização italiana, com destaque para os municípios de Garibaldi, Carlos Barbosa, Farroupilha, Flores da Cunha e Bento Gonçalves.

## BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo, 44,:32-51 dezembro/fevereiro 1999/2000.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

BEBER, Marcos Vinícius. O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Su-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé. Tese de Doutorado, PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

\_\_\_\_\_. A pesquisa arqueológica no planalto sulbrasileiro e o caso da tradição taqueara/itararé. In DE MAIS, Marco Aurélio Nadal de (org). *Xokleng 2860 aC. As terras altas no sul do Brasil: transcrições do seminário de arqueologia e etnohistória*. Tubarão, Editora Unesul, 2006. p. 107-114.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, UNISINOS, 1995.

\_\_\_\_\_. *O índio kaingang do Paraná: subsídios para uma etnohistória*. São Leopoldo, UNISINOS, 1999.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizajes y etnogenesis en las Américas In MANDRINI, Raul J. y Paz, Carlos D. (comp). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano em los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003. p. 63-93.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Editora Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

COPÉ, Sílvia Moehlecke (2006) *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de doutorado, Universidade de Paris I, Panthéon, Sorbonne.

DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do Pronapa. *Revista do CEPA*, 1995, 19(22): 29-35.

\_\_\_\_\_. Modelos de mobilidade e sistema de assentamento e suas implicações para o estudo das sociedades caçadoras coletoras do sul do Brasil. *Revista do CEPA*, v.26, n.35/36, p.65-85, jan/dez, 2002.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. A tradição taquara e sua ligação com o índio kaingang. In: *Documentos 10*, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas Unissinos, 2005. p. 126-158.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Perspectiva, 2002.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875)*. São Leopoldo, PPGH/UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HECKNBERGER, Michael (org). Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durrée*, 1000-2000 D.C In: FRANQUETTO, Bruna; HECKNBERGER, Michael. *Os povos do Alto Xingu: historia e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p.21-62

HILL,Jonathan D. *History, power, and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa: University of Iowa Press, 1996.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2004.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças kaingang no Brasil meridional (1808-1889). In: *Pesquisas*, 56,2000.

LESSA, Renato. Sobre a invenção da política. *Ciência Hoje*. v.42; n. 251; agosto, 2008, p.80.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, *Série Antropologia*, 322, UnB, 2002.

MARCON, Telmo (org). *História e cultura kaingang no sul do Brasil*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo, NHII-USP & FAPESP, 1994.

\_\_\_\_\_. O Desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo, Global, 1998. p. 221-222.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. *Diálogos Latinoamericanos*,3:87-113.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 – 1924)*. Maringá, EDUEM, 1994.

NAMEM, Alexandro Machado. *Botocudo: uma história do contato*. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB; 1994.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo, Global, 1998. p. 171-192.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. In: *Revista USP*. São Paulo, 44: 218-269, dezembro/fevereiro 1999/2000.

NOELLI, Francisco Silva. (org). *Bibliografia kaingang: referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil*. Londrina: Es. UEL, 1998.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org) *Índios no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p.59-72.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*.

REIS, José Alberione dos. *Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do planalto meridional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REIS, Maria José. *Problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense*. São Paulo, 1980 Dissertação (mestrado) – USP, São Paulo.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDENE, 1973.

SILVA, Fabíola Andréa. As cerâmicas dos Jê do sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia kaingang e xokleng. *Revista do CEPA* (23): 57-73, 30 jul/dez, 1999.

SILVA, Sérgio Baptista da. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado, USP, 2001.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Aos "fantasmas das brenhas" : etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Tese de Doutorado, IFCH UFRGS, PPG Antropologia Social, 1998.

TRIGGER, Bruce. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*,.1982, 29: 1-19.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi. In MEDRI, Moacir E. et al. *A bacia do rio Tibagi*. Lonfrina: M.E. Medri, 2002.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajai/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.